

RISCO E RESPONSABILIDADE – *THE MODERN LAW REVIEW*, V. 62, N. 1, JAN. 1999

Anthony Giddens

Escola de Economia e Ciência Política de Londres.

Laís Cavalcanti Gomes Sampaio (Tradutora)

Mestranda em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Sócia do escritório Gustavo Tepedino Advogados.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4157-6236>

Tenho de começar com um esclarecimento. Não sou advogado e o meu conhecimento jurídico é, se muito, extremamente limitado. Portanto, não posso garantir que o que tenho a dizer irá interessar à maioria do meu público, e muito menos se provar instrutivo. Muito do que eu gostaria de falar se relaciona a risco, que, até onde eu sei, não figura de forma proeminente nos textos jurídicos. Irei tratar menos de responsabilidade, que é muito mais próxima das habituais discussões legais. Tentarei mostrar, no entanto, que as ideias de risco e de responsabilidade estão, de fato, intimamente ligadas.

Deixem-me começar propondo uma indagação. O que têm em comum: a EEB;¹ o problema no Lloyds;² o caso Nick Leeson;³ o aquecimento global; beber

¹ NT: Encefalopatia espongiforme bovina. Trata-se da doença popularmente conhecida como “doença da vaca louca”.

² NT: O Lloyds consiste em mercado de seguros e resseguros no qual empresas e pessoas físicas – indivíduos referenciados pela alcunha *names* – se reúnem e contribuem para um fundo comum, figurando como subscritores do risco. Na década de 1990, o Lloyds enfrentou grave crise financeira em razão do pagamento de expressivas indenizações devidas a pessoas que tiveram a saúde prejudicada por contato com amianto. Tais indenizações decorreram de apólices celebradas muito tempo antes – algumas datando da década de 1940 –, quando ainda não se conhecia a natureza do risco e, portanto, não se podia precificá-lo adequadamente. Além disso, na década de 1980, o Lloyds teria se empenhado em captar novos subscritores para alegadamente diluir os pagamentos que seriam assumidos em razão dos pleitos relativos ao amianto, sem que essa informação fosse previamente compartilhada com o mercado.

³ NT: Nick Leeson trabalhava no Barings Bank, o mais antigo banco de investimentos da Inglaterra, como operador de mercados futuros na bolsa de valores de Cingapura, realizando operações altamente especulativas, que renderam enormes lucros para o Barings Bank. Tendo consolidado sua importância dentro da empresa, Nick Leeson operava sem qualquer supervisão, o que permitiu que ele realizasse operações não autorizadas e desviasse valores para cobrir suas perdas financeiras, o que, posteriormente, levou à falência do Barings Bank.

vinho tinto; a diminuição da contagem de espermatozoides? Todos refletem uma vasta fase de mudanças que afeta nossas vidas nos dias de hoje. Grande parte dessas mudanças está ligada ao impacto da ciência e da tecnologia sobre nossas atividades diárias e sobre o ambiente material. O mundo moderno, é claro, há muito foi moldado pela influência da ciência e das descobertas científicas. No entanto, à medida que o ritmo da inovação aumenta, novas tecnologias penetram cada vez mais no âmago das nossas vidas; e mais e mais o que sentimos e experienciamos está sob os holofotes científicos.

A situação não conduz ao aumento do grau de certeza ou de segurança no mundo – de certa forma, o oposto é que é verdade. Como Karl Popper acima de tudo demonstrou, a ciência não produz provas e nada mais faz que se aproximar da verdade. Os fundadores da ciência moderna acreditavam que ela produziria conhecimento construído sobre bases sólidas. Popper supõe, pelo contrário, que a ciência é construída sobre areia movediça. O primeiro princípio do avanço científico é que mesmo as teorias e as crenças mais prestigiadas estão sempre abertas à revisão. A ciência é, portanto, um esforço inerentemente cético, que envolve um processo constante de revisão das pretensões ao conhecimento.

A natureza cética e mutável da ciência foi durante muito tempo isolada do domínio público mais vasto – isolamento que persistiu enquanto a ciência e a tecnologia eram relativamente restritas em relação a seus efeitos na vida cotidiana. Atualmente, estamos em contato regular e rotineiro com esses aspectos de inovação científica. As consequências para a saúde de beber vinho tinto, por exemplo, outrora foram vistas por pesquisadores como basicamente nocivas. Pesquisas mais recentes indicam que, consumido com moderação, os benefícios do vinho tinto para a saúde superam os impactos negativos. E o que irão mostrar as pesquisas futuras? Revelarão talvez que, no final das contas, o vinho tinto é prejudicial à saúde?

Não sabemos e não conseguimos saber – no entanto, todos nós, como consumidores, temos de responder de uma ou outra forma a esse cenário instável e complexo de alegações e contra-alegações científicas. Morando no Reino Unido, deve-se comer carne de vaca? Quem pode dizer? O risco para a saúde parece ser ínfimo. No entanto, existe pelo menos a possibilidade de um surto de doença relacionada com a EEB entre a população humana daqui a cinco, dez ou vinte anos.

Não sabemos e não conseguimos saber – o mesmo se aplica a uma diversidade de novas situações de risco. Tomemos, por exemplo, o declínio da contagem de espermatozoides. Alguns estudos científicos fazem fundamentadas afirmações sobre o aumento da infertilidade masculina e o relacionam com a ação de toxinas ambientais. Outros cientistas, contudo, contestam a própria existência do fenômeno, que dirá as explicações para sua justificação. O aquecimento global é aceito

como real pela maioria dos especialistas na área. Contudo, não faltam *experts* que neguem a existência do aquecimento global ou que atribuam sua ocorrência a flutuações climáticas verificadas ao longo do tempo e não ao efeito estufa.

O mercado de seguros Lloyds parece, no momento, ter superado os desastrosos problemas financeiros que o assolaram nos últimos anos. Tais problemas foram comumente retratados como crimes de colarinho branco – com a perspectiva complacente dos *names* e dos seus corretores. Na verdade, os problemas tiveram origem na alteração do caráter do risco. O Lloyds foi atingido, entre outras coisas, por descobertas sobre a natureza tóxica do amianto e por uma série de catástrofes naturais – que possivelmente não eram em nada “naturais”, mas influenciadas pelas alterações climáticas globais. O número de tufões, furacões e outras perturbações climáticas que ocorrem no mundo tem escalado ao longo dos últimos quinze anos, aproximadamente. Com seus enormes deveres futuros, o Lloyds – como outras instituições de seguros menores – poderia ficar financeiramente incapacitado a qualquer momento por um resultado negativo, ainda que bastante imprevisto, em consequência de novas descobertas científicas e alterações tecnológicas.

Simon Sebag Montefiore escreveu um relato interessante sobre as aventuras de Nick Leeson e o Barings Bank. Sebag Montefiore sugere que existem duas diferentes formas de interpretar o que aconteceu no Barings (semelhantemente aos eventos ocorridos no Lloyds). Por um lado, há uma explicação associada a crimes de colarinho branco. De acordo com essa visão, o Barings Bank entrou em colapso porque tinha uma gestão engessada e elitista, em desacordo com as exigências de uma dinâmica global de ordem econômica.

Sebag Montefiore questiona essa explicação. Ele argumenta que as pessoas que trabalham fora dos limites externos do sistema financeiro, particularmente nos mercados futuros – mercados complexos nos quais se podem realizar negócios sobre movimentos de preços que ainda não tenham se materializado e talvez nunca se materializem –, são como astronautas. Elas atuam fora do domínio de banqueiros e especialistas financeiros – e o fazem sem uma corda de salvamento. Nick Leeson flutuou para muito longe de qualquer terreno sólido, mas a maioria dos demais é capaz de se manter conectada à sua cápsula espacial.

Sebag Montefiore tem uma frase cativante para descrever essa situação. Ele diz que Nick Leeson e outras pessoas como ele “operam fora dos limites externos da ordem mundial, na bárbara fronteira final da tecnologia moderna”. Em outras palavras, eles estão envolvidos em sistemas que eles próprios não compreendem, por isso é dramático o avanço da mudança na nova economia global eletrônica. Acredito que a afirmativa é correta, mas o argumento pode ser ainda mais generalizado. Não se trata apenas de pessoas como Nick Leeson, não apenas os

novos empreendedores financeiros, que vivem fora dos bárbaros limites externos da tecnologia moderna. *Todos* nós agora vivemos – e eu tomaria isso como a característica que define o que Ulrich Beck chama de sociedade de risco. Uma sociedade de risco é uma sociedade em que vivemos cada vez mais em uma fronteira tecnológica sofisticada que absolutamente ninguém compreende completamente, a qual gera uma diversidade de futuros possíveis. As origens da sociedade de risco podem ser ligadas a duas fundamentais transformações que afetam as nossas vidas atualmente. Ambas ligadas à crescente influência da ciência e da tecnologia, embora não totalmente determinada por elas. A primeira transformação pode ser chamada *o fim da natureza*; e a segunda, *o fim da tradição*.

O fim da natureza não significa um mundo em que o ambiente natural desaparece. Significa que agora há poucos ou nenhum aspecto do mundo físico intocados pela intervenção humana. O fim da natureza é relativamente recente. Não é algo, obviamente, que pode ser datado com precisão, mas podemos, no entanto, elucubrar quando aproximadamente o fim da natureza aconteceu. Ocorreu quando houve uma transição dos tipos de ansiedade que as pessoas costumavam ter sobre a natureza para um novo conjunto de preocupações. Durante centenas de anos, as pessoas preocupavam-se com o que a natureza poderia fazer conosco – terremotos, inundações, pragas, más colheitas e assim por diante. Em determinado momento, em algum lugar nos últimos cinquenta anos, mais ou menos, nós deixamos de nos preocupar tanto com o que a natureza poderia fazer conosco e começamos a nos preocupar mais com o que temos feito à natureza. A transição constitui um dos principais pontos de entrada na sociedade de risco. Trata-se de uma sociedade que vive “depois da natureza”.

No entanto, é também uma sociedade que vive depois da tradição. Viver após o fim da tradição é essencialmente estar em um mundo no qual a vida já não é vivida como destino. Para muitas pessoas – e isso ainda é uma fonte de divisão de classes nas sociedades modernas –, diversos aspectos da vida foram estabelecidos pela tradição como destino. Era o destino de uma mulher estar envolvida com o meio doméstico durante grande parte da sua vida, para ter filhos e tomar conta da casa. Era o destino dos homens sair para trabalhar, trabalhar até se aposentar e depois – com bastante frequência, pouco depois da aposentadoria – essencialmente desvanecer. Nós já não vivemos as nossas vidas como destino, em um processo que Ulrich Beck chama de individualização. Uma sociedade que vive depois da natureza e depois da tradição é realmente muito diferente da forma anterior de sociedade industrial – a base para o desenvolvimento das principais tradições intelectuais da cultura ocidental.

Para analisar o que é a sociedade de risco, há que se fazer uma série de distinções. Em primeiro lugar, devemos separar risco de ameaça ou perigo. O risco

não é, enquanto tal, o mesmo que ameaça ou perigo. Uma sociedade de risco não é intrinsecamente mais ameaçadora ou perigosa do que as formas preexistentes de ordem social. É instrutivo, nesse contexto, buscar as origens do termo “risco”. A vida na Idade Média era perigosa; mas não havia nenhuma noção de risco e não parece haver, de fato, uma noção de risco em nenhuma cultura tradicional. A razão para isso é que os perigos são sentidos como são criados. Ou vêm de Deus, ou vêm simplesmente de um mundo que se toma como dado. A ideia de risco está ligada à aspiração de controle e particularmente à ideia de controlar o futuro.

A observação é importante. A ideia de “sociedade de risco” pode sugerir um mundo que se tornou mais perigoso, mas não é necessariamente assim. Pelo contrário, é uma sociedade cada vez mais preocupada com o futuro (e também com a segurança), o que gera a noção de risco. A ideia de risco, curiosamente, foi utilizada pela primeira vez por exploradores ocidentais quando se aventuravam em novas águas nas suas viagens pelo mundo. Da exploração do espaço geográfico, o termo veio a ser transferido para a exploração do tempo. A palavra refere-se a um mundo que estamos tanto explorando quanto procurando normalizar e controlar. Essencialmente, “risco” tem sempre uma conotação negativa, já que se refere à possibilidade de evitar um resultado indesejado. Contudo, risco pode muitas vezes ser visto de forma positiva, em termos da tomada de iniciativas ousadas em face de um futuro problemático. Aqueles que são bem-sucedidos na assunção de riscos, seja na exploração, nos negócios ou em alpinismo, são largamente admirados.

Devemos distinguir o risco do perigo, mas também devemos fazer uma distinção entre dois tipos de risco. Os primeiros duzentos anos da existência da sociedade industrial foram dominados por aquilo que se poderia chamar de *risco externo*. Risco externo, explicado em termos simples, é o risco de eventos que podem atingir indivíduos inesperadamente (do exterior, por assim dizer), mas que acontecem com grande regularidade e são suficientemente frequentes entre toda a população a ponto de serem amplamente previsíveis e, assim, passíveis de se tornar objeto de seguros. Existem dois tipos de seguros associados ao desenvolvimento da sociedade industrial: aqueles fornecidos pelas seguradoras privadas e aqueles fornecidos pelo seguro público, que é a preocupação predominante do Estado do bem-estar social.

O Estado do bem-estar social tornou-se o projeto da esquerda no período pós-1945 – ele passou a ser visto, acima de tudo, como um meio de alcançar justiça social e redistribuição de riquezas. De modo geral, no entanto, ele não se originou assim. Desenvolveu-se como um Estado de segurança, uma forma de proteção contra o risco, em que o seguro coletivo era necessário no lugar do privado. Tal como as primeiras formas de seguros privados, ele foi construído com base na

presunção de risco externo. O risco externo pode ser muito bem calculado – é possível elaborar tabelas atuariais e decidir com base nisso como fornecer seguros para as pessoas. Doença, invalidez, desemprego foram tratados pelo Estado do bem-estar social como “acidentes do destino”, contra os quais o seguro deveria ser coletivamente fornecido.

Um mundo que vive após a natureza e após o fim da tradição é um mundo marcado por uma transição do risco externo para o que eu chamo de *risco fabricado*. Risco fabricado é o risco criado pela própria evolução do desenvolvimento humano, especialmente pela evolução da ciência e da tecnologia. O risco fabricado refere-se aos novos riscos do ambiente para os quais a história nos proporciona pouquíssima experiência prévia. Muitas vezes não sabemos realmente quais são os riscos, quanto mais como calculá-los com precisão em termos de previsões probabilísticas.

O risco fabricado está em expansão na maioria das dimensões da vida humana. É associado a um lado da ciência e da tecnologia que os primeiros teóricos da sociedade industrial, em geral, não previam. A ciência e a tecnologia criam tantas incertezas quanto dissipam – e essas incertezas não podem ser “resolvidas” de qualquer forma simples por meio de mais avanços científicos. Incertezas fabricadas se intrometem diretamente na vida pessoal e social – elas não se limitam a um aspecto mais coletivo das configurações de risco. Em um mundo no qual já não se pode simplesmente confiar na tradição para estabelecer o que fazer diante de determinado espectro de contextos, as pessoas têm de adotar uma atitude mais ativa e impregnada de orientações sobre risco nas suas relações e envolvimento.

A ascensão da sociedade de risco tem várias consequências interessantes – que deveriam afetar qualquer pessoa que tenha se interessado no debate sobre a EEB na Grã-Bretanha e na Europa continental, ou, na verdade, em qualquer dos eventos que mencionei no início desta discussão.

À medida que o risco fabricado se expande – ou, se vocês preferirem, à medida que vivemos cada vez mais em uma sociedade de risco, nos termos de Ulrich Beck –, há um novo risco em arriscar. Em uma ordem social em que as novas tecnologias estão cronicamente afetando as nossas vidas, e uma quase interminável revisão das formas tidas como certas no modo de proceder desponta, o futuro nos absorve cada vez mais, mas se torna obscuro ao mesmo tempo. Há poucas linhas diretas para o futuro, apenas uma pluralidade de “cenários futuros”.

Assistimos recentemente ao décimo aniversário do desastre nuclear de Chernobyl. Ninguém sabe se são centenas – ou milhões – de pessoas que foram afetadas pelo acidente de Chernobyl. Os efeitos em longo prazo serão, em qualquer caso, difíceis de mensurar, porque, se existirem, são suscetíveis à difusão.

Nós estamos alterando o ambiente e os padrões de vida que seguimos quase constantemente. Até mesmo muitos hábitos ou inovações aparentemente positivos podem se revelar prejudiciais – assim como, inversamente, o risco pode muitas vezes ser superestimado. Tomemos o exemplo do tabagismo. Fumar era encorajado por médicos até cerca de trinta anos atrás como meio de relaxamento. Ninguém conhecia a bomba-relógio que o hábito de fumar estava acionando. O episódio da EEB pode ter o resultado oposto. Talvez se verifique que os seres humanos não são afetados. É característico dos novos tipos de risco o debate sobre se, de fato, eles existem.

Na sociedade de risco existe um novo espírito moral de política, marcado por uma tensão entre acusações de alarmismo, por um lado, e de dissimulação, por outro. Uma boa parte das tomadas de decisões políticas tem agora a ver com a gestão de riscos – riscos que não têm origem na esfera política, mas têm de ser politicamente geridos. Se alguém – funcionário do governo, cientista ou leigo – toma qualquer risco como sério, o indivíduo deve anunciá-lo. O risco deve ser amplamente divulgado porque as pessoas devem ser persuadidas de que o risco é real – o risco deve ser alardeado. No entanto, se de fato for criada uma comoção e o risco se revelar mínimo, os envolvidos serão acusados de alarmismo.

Suponhamos, por outro lado, que as autoridades decidam que o risco não é relevante, como fez o Governo britânico no caso da EEB. Nesse caso, o Governo diz: temos aqui o apoio de cientistas; não há muito risco, podemos ir em frente. No entanto, se as coisas se revelarem distintas, então é claro que serão acusados de terem encobrido o risco.

Paradoxalmente, o alarmismo pode ser necessário para reduzir os riscos que enfrentamos – no entanto, se é “bem-sucedido” nesse sentido, parece ser exatamente isso, alarmismo. O caso da Aids é um exemplo. Suponhamos que governos e especialistas colocassem na pauta pública os riscos associados ao sexo sem segurança, no intuito de fazer com que as pessoas mudassem seu comportamento sexual e a Aids não se espalhasse tanto quanto inicialmente previsto. A reação provável seria: por que estavam assustando as pessoas desse jeito? Esse tipo de dilema político torna-se rotineiro na sociedade de risco, mas não há forma fácil de o confrontar. Pois, como mencionei anteriormente, mesmo que existam, quaisquer riscos podem ser objeto de controvérsia. Só não podemos saber de antemão quando estamos de fato fazendo “alarmismo” e quando não estamos.

O surgimento de uma sociedade de risco não tem inteiramente a ver com a prevenção de perigos, pelas razões também apresentadas anteriormente. A sociedade de risco, considerada de forma positiva, é aquela em que há uma expansão da escolha. Obviamente, a escolha está distribuída de forma diferente de acordo com a classe e a capacidade financeira. À medida que a natureza e a tradição libertam seu domínio, por exemplo, algumas mulheres que, sem novas

tecnologias reprodutivas, seriam inférteis, podem pagar para ter filhos por meio da utilização de tais tecnologias, enquanto outras não podem. Sabemos que em organizações sociais destradicionalizadas, algumas mulheres vivem na pobreza após o divórcio, enquanto outras alcançam uma vida mais gratificante que nunca teriam atingido antes. A inovação tecnológica normalmente expande o domínio de escolha; tal como o desaparecimento da tradição. Como as formas tradicionais de proceder tornam-se problemáticas, as pessoas devem fazer escolhas em muitas áreas que costumavam ser governadas por normas tomadas como certas. Comer é um exemplo: não há mais nenhuma dieta tradicional.

O advento da sociedade de risco tem fortes implicações na reformulação da agenda política neste país e em outros locais. O surgimento do risco fabricado pressupõe uma nova política porque implica uma reorientação de valores e estratégias relevantes para a sua busca. Não existe nenhum risco que sequer possa ser descrito sem recorrer a um valor. Esse valor pode ser simplesmente a preservação da vida, embora seja normalmente mais complexo. Quando há um confronto entre os diferentes tipos de risco, há um choque de valores e um conjunto de questões diretamente políticas se coloca.

Modernização como, por exemplo, Tony Blair usa o termo, significa renovar a Grã-Bretanha. Tony Blair tem sido o arquétipo modernizador no seio do Partido Trabalhista; mas, mais fundamentalmente, ele quer modernizar as instituições britânicas – modernização acompanhada da conotação, neste país, de que a Grã-Bretanha fica para trás em comparação com outras sociedades industriais, em vários aspectos centrais. Isso é um pouco como a primeira explicação que Sebag Montefiore suscita para o colapso do Barings Bank – instituições antigas e cristalizadas que perderam a sua relevância para o mundo moderno.

Há algo no projeto de modernização, assim entendido, que pode ser percebido por qualquer pessoa que ponha os pés na Câmara dos Lordes. No entanto, na sociedade de risco, modernização significa algo diferente. A sociedade de risco é a sociedade industrial que enfrentou as suas próprias limitações, âmbito em que essas limitações assumem a forma de risco fabricado. Modernização, nesse sentido, não pode ser simplesmente “mais do mesmo”.

Devemos neste ponto fazer uma distinção entre modernização simples e reflexiva. Modernização simples é a antiga modernização unilinear; modernização reflexiva, por comparação, implica chegar a um consenso sobre os limites e contradições da ordem moderna. Estes são óbvios em novos domínios da política associados a vários tipos de movimentos sociais. São evidentes nos protestos de autoestradas, em manifestações sobre direitos dos animais e em muitas crises alimentares. A modernização de segunda fase – a modernização como modernização reflexiva – não vai se parecer com a primeira fase da modernização. Há uma

oportunidade, penso eu, para o debate político neste país saltar à frente de muitos outros países europeus a esse respeito, e eu gostaria de ver isso acontecer. A modernização reflexiva, tal como o risco em geral, não é de forma alguma uma perspectiva totalmente negativa e oferece muitas possibilidades de comprometimento com políticas positivas.

A nossa relação com a ciência e a tecnologia hoje é diferente daquela característica da sociedade industrial original. Na sociedade ocidental, por cerca de dois séculos, a ciência funcionou como uma espécie de tradição. O conhecimento científico supostamente deveria superar a tradição, mas na realidade se tornou uma autoridade tomada como estabelecida por direito próprio. Era algo que a maioria das pessoas respeitava, mas que era exterior às suas vidas. Os leigos “tomavam” as opiniões dos especialistas. Quanto mais a ciência e a tecnologia invadem as nossas vidas, menos essa perspectiva externa se sustenta. A maior parte de nós – incluindo autoridades governamentais e políticos – tem, e tem de ter, uma relação que dialoga muito mais e se engaja com a ciência e a tecnologia em comparação com o passado. Não podemos simplesmente “aceitar” as descobertas que os cientistas produzem, no mínimo porque os cientistas muito frequentemente discordam uns dos outros, particularmente em situações de risco fabricado. E todos reconhecem agora o caráter essencialmente cético da ciência descrito anteriormente. Sempre que alguém decide o que comer, o que tomar no café da manhã, se beber café descafeinado ou normal, essa pessoa toma uma decisão no contexto de conflitos, informações científicas e tecnológicas mutáveis.

Não há saída para essa situação – estamos todos presos nela, mesmo se optarmos por agir “como se estivéssemos na ignorância”. A política deve dar alguma forma institucional a tal compromisso de diálogo, porque, no momento, este diz respeito apenas a interesses de grupos especiais, que na sua maioria lutam fora do domínio político principal. Nós não possuímos atualmente instituições que nos permitam monitorar a evolução tecnológica. Poderíamos ter evitado o desastre da EEB se um diálogo público já tivesse sido estabelecido sobre a mudança tecnológica e as suas consequências problemáticas. Enoch Powell aparentemente observou que nada afeta tanto as nossas vidas como a mudança decorrente da tecnologia e ele tinha razão – no entanto, tal mudança está completamente fora do âmbito do sistema democrático. Mais meios públicos de envolvimento com a ciência e a tecnologia não acabariam com o dilema do alarmismo *versus* dissimulação, mas talvez nos permitissem endereçar algumas das suas consequências mais prejudiciais.

Essas considerações são relevantes para repensar o Estado do bem-estar social. O Estado do bem-estar social foi fundado tendo como pano de fundo uma sociedade na qual a natureza ainda era natureza e a tradição ainda era tradição.

Isso é óbvio, por exemplo, nas provisões relativas a gênero no Estado do bem-estar social pós-1945, que presumiam integralmente a continuidade da “família tradicional”. É óbvio, em termos do crescimento do Serviço Nacional de Saúde, que foi criado como um mecanismo de resposta a doenças entendidas como risco externo.

Em um mundo de envolvimento mais ativo com a saúde, com o corpo, com o casamento, com o gênero, com o trabalho – em uma era de risco fabricado –, o Estado do bem-estar social não pode permanecer nos moldes em que se desenvolveu na acomodação do pós-1945. A crise do Estado do bem-estar social não é puramente fiscal, é uma crise de gestão de risco em uma sociedade dominada por um novo tipo de risco.

Essas observações são relevantes para a divisão de classes. A chamada “cultura de contentamento” de J. K. Galbraith foi como uma estrela cadente – não existe a cultura de contentamento. Uma das razões pelas quais muitos grupos de classe média e profissionais têm optado por não participar da dinâmica do bem-estar público está ligada a certa postura em relação à gestão de risco. Na sociedade de risco, as classes médias se afastam do provisionamento público e, em certo sentido, têm razão em fazê-lo, porque tais provisões são orientadas para uma interpretação e situação de risco diversas. Quando as pessoas têm uma maior orientação ativa nas suas vidas, elas também têm de ter uma orientação mais ativa para a gestão de risco, por isso não é surpreendente que aqueles que podem assumir tal postura tendam a optar por se desligar dos sistemas do Estado do bem-estar social.

As questões ecológicas refletem precisamente um mundo que vive depois da natureza e da tradição. Desenvolvem-se muitas formas de política de estilo de vida que não têm precedentes no tipo anterior de sociedade industrial. Ativistas há algum tempo fizeram grande alarde sobre o transporte de bezerros para o continente em estruturas sem espaçamento e em condições artificiais. Seus críticos os chamavam de sentimentais. No entanto, à luz da experiência da EEB, todos podem ver que não se tratava apenas de sentimentalismo. Os protestos refletem uma sensação do que pode acontecer quando a produção industrial de alimentos se distancia da natureza – ou do que costumava ser a natureza. Um compromisso moral com os direitos dos animais é, em certo sentido, uma política contundente – afinal, mesmo sob pontual análise econômica, a crise da EEB tem sido um desastre. Os cálculos indicam o custo para a economia britânica em 6 bilhões de libras esterlinas ou talvez até mais.

Sociedade de risco não é o mesmo que pós-modernismo. As interpretações pós-modernas veem a política em seu fim – o poder político perde simplesmente o seu significado com a passagem à modernidade. No entanto, a modernidade não

desaparece com a chegada dos riscos fabricados; em seu lugar, a modernização, que continua, assume novos significados e sutilezas. A modernização reflexiva pressupõe e gera política. A política não pode desenvolver-se completamente fora do domínio parlamentar. Os movimentos sociais e grupos de interesses especiais não podem fornecer o que a política parlamentar oferece – os meios de conciliar diferentes interesses uns com os outros, e também um equilíbrio de diferentes riscos uns em relação aos outros. As questões que tenho discutido têm de ser trazidas mais diretamente para a arena política. Um partido capaz de endereçá-las de forma convincente estaria em uma posição privilegiada nos encontros políticos que vão se desenrolar ao longo dos próximos anos.

O risco está sempre relacionado com a segurança e a proteção. Está também sempre ligado à responsabilidade. Não é, portanto, surpreendente que, à medida que nos aproximamos de um mundo dominado pela incerteza fabricada no lugar da incerteza externa, há uma renovação da discussão sobre a natureza da responsabilidade. O uso generalizado da “responsabilidade” é também bastante recente. Embora a palavra “responsável” seja muito mais antiga, “responsabilidade” apenas parece ter vindo para a língua inglesa no final do século XVIII. É mais uma vez uma noção associada originalmente à ascensão da modernidade. Tal como é utilizada hoje em dia, “responsabilidade” é um termo curiosamente ambíguo ou com várias camadas. Em certo sentido, pode-se dizer que alguém responsável por um evento é o autor desse evento. Este é o sentido original de “responsável”, que o liga à causalidade ou à autoria. Outro significado de responsabilidade é quando falamos de alguém ser responsável se a pessoa agir de forma ética ou correta. No entanto, a responsabilidade também significa obrigação, ou sujeição ao dever de responder por algo, e este é o sentido mais interessante para contrapor com risco.

A relação entre risco e responsabilidade pode ser facilmente afirmada pelo menos em nível abstrato. Os riscos só existem quando há decisões a serem tomadas, pelas razões tratadas anteriormente. A ideia de responsabilidade também pressupõe tomada de decisão. O que traz para cena a noção de responsabilidade é o fato de alguém tomar uma decisão com consequências discerníveis.

A transição do risco externo para o risco fabricado está provocando uma crise de responsabilidade, porque as relações entre risco, responsabilidade e decisões se alteram. Essa é uma crise de responsabilidade com características negativas e positivas, aproximadamente emparelhadas com os aspectos negativos e positivos do risco. Dada a natureza inerentemente ambígua da maioria das situações de risco fabricado e a inerente reflexividade dessas situações, a responsabilidade não pode ser facilmente atribuída nem presumida. Isso se aplica tanto a ocasiões em que a responsabilidade significa limitar o risco (como em riscos ecológicos, ou riscos para a saúde) quanto àquelas em que o risco é um princípio revigorante (mercados financeiros).

Várias consequências surgem:

1 O aparecimento do que Beck chama de “irresponsabilidade organizada”. Com isso ele quer dizer que há uma diversidade de riscos criados pelo homem pelos quais as pessoas e as organizações são certamente “responsáveis”, no sentido de que são seus autores, mas ninguém é especificamente responsabilizado. Várias perguntas vêm então à tona. Quem deve determinar o quão nocivos os produtos são, que efeitos secundários são produzidos por eles e que nível de risco é aceitável? Como pode ser definida uma “prova suficiente” em um mundo cheio de pretensões de conhecimento e probabilidades contestadas? Se houver danos a serem ressarcidos, ou reparações a serem feitas, quem deve decidir sobre a indenização e as formas apropriadas para controle ou regulamentação futura?

Grande parte do “interrogatório social” do risco e da responsabilidade se põe através do prisma do risco externo e da modernização simples. Isso é verdadeiro, por exemplo, com relação a qualquer pessoa que espere que um atuário preveja o risco e, assim, avalie a responsabilidade, com base nas tendências passadas; ou com relação a qualquer pessoa que supõe que se pode simplesmente recorrer a especialistas para obter soluções. Lidar com situações de irresponsabilidade organizada deve se tornar mais e mais importante nos domínios do direito, dos seguros e da política, mas isso não será fácil de fazer precisamente em razão do caráter um tanto quanto imponderável da maioria das circunstâncias de risco fabricado. O dilema do alarmismo *versus* dissimulação é uma direta indicação da natureza profunda dos problemas aqui tratados.

2 Alguns dizem que a forma mais eficaz de lidar com o aumento do risco fabricado é limitar a responsabilidade, adotando o “princípio da precaução”. A noção do princípio de precaução parece ter emergido pela primeira vez na Alemanha nos anos 1980, no contexto dos debates ecológicos que ali ocorreram. Na sua forma mais simples, propõe-se que as medidas em questões ambientais (e, por inferência, outras formas de risco) devem ser tomadas, ainda que parem incertezas científicas sobre elas. Assim, na década de 1980, em vários países continentais, foram iniciados programas para combater a chuva ácida, enquanto na Grã-Bretanha se utilizou a falta de provas concludentes para justificar a passividade diante desse e de outros problemas de poluição. No entanto, a precaução nem sempre é útil ou mesmo aplicável como meio de lidar com problemas de responsabilidade. O preceito de “ficar próximo da natureza”, ou de limitar a inovação ao invés de abraçá-la, nem sempre se aplica. A razão é que o equilíbrio entre os benefícios e os perigos da ciência e do avanço tecnológico, e de outras formas de mudança social, é imponderável. Talvez precisemos ser frequentemente mais ousados que cautelosos no apoio à inovação científica ou a outras formas de mudança.

Dito isso, variações do princípio da precaução podem, todavia, ser uma forma significativa de reintroduzir a responsabilidade. Uma variante do princípio, por

exemplo, é que as empresas produtoras de bens devem pensar em toda a cadeia produtiva antes que esses bens sejam liberados para o mercado ou nos processos técnicos relevantes utilizados. Assim, no episódio Brent Spar,⁴ a empresa que colocou a plataforma petrolífera não tinha refletido adequadamente, em primeiro lugar, sobre o limite de eficácia e razoabilidade para uma eliminação segura.

3 Situações de risco fabricado alteram a relação entre responsabilidade coletiva e individual em muitas situações de risco. Embora em muitas circunstâncias os indivíduos não possam ser considerados culpados, isso não se equipara à ausência de culpabilidade em condições de irresponsabilidade organizada. Neste último caso, isso decorre de enxergar a responsabilidade por meio das lentes de risco externo ou passivo. Consideremos, por exemplo, os riscos para a saúde. Muitas pessoas adoecem sem culpa própria. No entanto, uma grande proporção de doenças relaciona-se tanto a práticas de estilo de vida quanto a condições mais amplas do “ambiente criado”. Não faz qualquer sentido supor que a responsabilidade nessas circunstâncias possa recair inteiramente na coletividade, quer seja o governo ou uma empresa de seguros. A assunção ativa de responsabilidade, como nas tentativas de reduzir os níveis de tabagismo, torna-se parte da própria definição de situações de risco e, por conseguinte, da atribuição de responsabilidade. Algo muito semelhante se aplica às nossas responsabilidades para com as gerações futuras. Quando a maioria dos riscos era externa, tal responsabilidade era relativamente limitada: a natureza estava em grande parte intacta. Nossas responsabilidades com as gerações futuras estão agora completamente vinculadas às decisões que temos de tomar em decorrência das transformações que promovemos na natureza.

4 Essas considerações são relevantes para uma das principais questões políticas do nosso tempo, o futuro do Estado do bem-estar social. A história do Estado do bem-estar social em todos os países é um emaranhado. O Estado do bem-estar social emergiu em parte como um meio de refrear as aspirações das camadas mais pobres da população e de controlá-las – possuía algumas das suas raízes no direito político. Nos últimos anos, porém, como dito anteriormente, a esquerda se apropriou do Estado do bem-estar social como projeto seu. O debate em torno do Estado do bem-estar social concentrou-se, portanto, em grau considerável, sobre o seu papel na limitação ou redução das desigualdades. Contudo, é mais correto enxergar o Estado do bem-estar social como uma forma de gestão

⁴ NT: Brent Spar era uma instalação de reserva de petróleo operada pela Shell UK, que foi retirada de utilização em 1991. Em 1995, o Governo britânico anunciou o seu apoio aos planos da Shell de inutilizar o equipamento, afundando-o no oceano Atlântico, o que gerou grande repercussão social, liderada por uma forte campanha de oposição do Greenpeace. Como resultado, a Shell desistiu de seus planos de afundar a instalação.

coletiva de risco. A ideia segundo a qual o Estado do bem-estar social deve ser entendido como um Estado de “segurança” ou de “providência” foi propagada mais veementemente na doutrina do pensador francês François Ewald. O Estado do bem-estar social está ligado a suposições básicas da modernidade – que a segurança vem do cada vez mais efetivo controle pelo ser humano dos seus ambientes materiais e sociais.

A crise do Estado do bem-estar social é geralmente representada como uma crise fiscal. Se o Estado do bem-estar social está em apuros, seria porque as pessoas não pagam os impostos necessários para financiar adequadamente seus sistemas. Há alguma verdade nisso, mas é mais esclarecedor ver a crise do Estado do bem-estar social como uma crise de gestão de risco. Esse Estado foi construído com base na presunção de risco externo ou passivo. Se alguém ficar desempregado, doente, incapacitado ou perder sua casa, o Estado do bem-estar social intervirá para sua proteção. Os sistemas de Estado do bem-estar social devem confrontar-se agora com grandes áreas de risco fabricado, alterando a relação entre risco e responsabilidade. Não é surpreendente que agora se fale muito sobre a necessidade de ligar os direitos às responsabilidades. Direitos incondicionais podem parecer apropriados quando os indivíduos não têm responsabilidade alguma pelos riscos que enfrentam, mas esse não é o caso em situações de risco fabricado.

5 Em situações nas quais uma sociedade não tem meios eficazes de lidar com irresponsabilidade, o resultado nem sempre é que ninguém seja considerado culpado. Ao contrário, o preço da incerteza fabricada está provavelmente intimamente associado ao surgimento da sociedade “litigiosa”. Quando um “contrato de responsabilidade” é descumprido, a culpabilidade pode emergir de todos os lados. Nesse ponto, a indenização foi efetivamente separada do nexos de causalidade. Posso ser responsabilizado, por exemplo, se alguém se ferir escorregando no acesso ao meu jardim.

6 O tema da responsabilidade tem de ser integrado com a questão referente às facetas do risco. Os lados negativo e positivo do risco ainda são frequentemente discutidos como se estivessem separados um do outro. Isso se traduz em uma divisão entre dois grandes segmentos da literatura. É um fato notável que a maioria daqueles que escrevem sobre riscos ambientais não fazem referência alguma à literatura sobre risco financeiro ou empresarial, ou vice-versa. Dois dos livros mais influentes que foram escritos sobre riscos nos últimos dez anos, por exemplo, são *Sociedade de risco*, de Ulrich Beck, e *Contra os deuses*, escrito por Peter Bernstein. No entanto, esses livros não fazem nenhuma referência um ao outro.

O fato de o risco ser frequentemente um fenômeno positivo ou revigorante é relevante para a maioria das situações de risco e responsabilidade discutidas

acima, e não apenas para o risco econômico. Assim, para criar um Estado do bem-estar social mais eficaz, é importante que em algumas situações as pessoas sejam psicológica e materialmente capazes de assumir riscos, embora de forma “responsável”. Não é um bom resultado para o indivíduo ou para a sociedade em geral quando uma pessoa está presa a benefícios ou não está disposta a correr o risco de mergulhar no mercado de trabalho. O mesmo se aplica a alguém preso em uma relação disfuncional ou violenta. O risco não está apenas intimamente associado à responsabilidade, mas também à iniciativa e à exploração de novos horizontes – o que nos leva de volta ao nosso ponto de partida quando a noção foi desenvolvida pela primeira vez no período pós-medieval na Europa.

Os temas da responsabilidade e da culpabilidade sempre foram obviamente de interesse dos advogados. Espero ter dado pelo menos alguma indicação sobre a razão pela qual os teóricos legais e os profissionais do direito devem também se preocupar com a ideia e com a realidade do risco.

Informação bibliográfica deste texto, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

GIDDENS, Anthony. Risco e responsabilidade – The Modern Law Review, v. 62, n. 1, jan. 1999. Tradução de Laís Cavalcanti. *Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil*, Belo Horizonte, v. 29, p. 165-179, jul./set. 2021. Recebido em: 14.08.2021

Recebido em: 14.08.2021

Aprovado em: 13.10.2021